



SUPERINTENDÊNCIA DE GESTÃO
GERÊNCIA DE RECURSOS LOGÍSTICOS

TERMO DE REFERÊNCIA

1. DO OBJETO

1.1. Registro de preços visando a aquisição **35 (trinta e cinco) veículos utilitários tipo caminhonete** (picape cabine dupla, com carroceria aberta), conforme condições, quantidades, exigências e estimativas estabelecidas neste instrumento:

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	IDENTIFICAÇÃO CATMAT	UNIDADE DE MEDIDA	REQUISIÇÃO MÍNIMA	REQUISIÇÃO MÁXIMA	ESTIMATIVA TOTAL	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Veículo utilitário tipo caminhonete (picape cabine dupla, com carroceria aberta), flex (gasolina/álcool), 4x2, AT	150046	Unidade	1	35	35	140.684,30	4.923.950,50

1.1.1. ESPECIFICAÇÃO DOS VEÍCULOS (REQUISITOS MÍNIMOS)

Veículo automotor, tipo caminhonete (PICAPE), cor branca, cabine dupla, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo no mínimo correspondente à data da nota fiscal e da linha, carroceria aberta, capacidade para 5 (cinco) ocupantes, motor flex (gasolina/álcool), potência mínima 160 CV, transmissão automática de no mínimo 6 (seis) velocidades à frente e 1 (uma) à ré, quatro portas laterais, direção hidráulica ou elétrica, freio a disco nas rodas dianteiras e freio a disco ou tambor nas rodas traseiras, rodas de aço ou liga leve aro 16 no mínimo, com banda de rodagem mínima de 245/60, pneu estepe com as mesmas características, ar condicionado de fábrica integrado frio e quente, controle de estabilidade e controle de tração, tração 4x2. Dimensões mínimas: comprimento 530 cm, largura 185 cm, altura 175 cm, e entre eixos 305 cm. Dotado dos seguintes acessórios e equipamentos básicos: sistema de central multimídia, com câmera e sensor de ré, trava elétrica nas quatro portas, alarme antifurto, acionamento elétrico dos vidros, película de controle solar para vidros, limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa, espelhos retrovisores com comandos internos, cintos de segurança para todos os ocupantes sendo os laterais retráteis de três pontos e os centrais subabdominais ou de três pontos, bancos dianteiros individuais com regulagem de distância, inclinação do encosto e inclinação do banco, com apoio para cabeça ajustável em altura, e bancos traseiros com apoios para cabeça ajustáveis em altura integrados ou acoplados ao banco, na cor do acabamento interno do veículo, tapetes de borracha ou polivinil carbono (PVC), nos locais destinados aos ocupantes apoiarem os pés, grade protetora do motor/cárter, devidamente fixada na parte inferior externa do motor; veículo dotado de todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

1.1.2. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível etanol, inclusive mediante a tecnologia "flex", nos termos da Lei nº 9.660, de 1998".

1.1.3. Só será admitida a oferta de veículo automotor que atenda aos limites máximos de ruídos fixado nas Resoluções CONAMA nº 1, de 01/02/1993, nº 08/1993, nº 17/1995, nº 272/2000 e 242/1998 e

legislação superveniente e correlata.

1.1.4. Os veículos devem atender aos seguintes requisitos mínimos, sendo aceitas especificações que, comprovadamente, sejam superiores.

1.1.5. ADAPTAÇÕES E ASSESSÓRIOS

Os veículos devem ser caracterizados com a instalação de sistema de **sinalização visual/acústica** externa (tipo ROTOLIGHT), com equipamento de rádio comunicação, de acordo com o **ANEXO A** deste Termo de Referência.

Os veículos deverão receber **adesivamento** (confeção e aplicação de recorte eletrônico em vinil) de acordo com o **manual de identidade visual da Contratante**, com as seguintes especificações: o adesivo vinílico deverá ser super calandrado para plotagem; projetado para aplicações internas e externas de alta performance (Linha 651 da marca Oracal ou produto similar ou de qualidade superior); Informações técnicas: liner de papel siliconado 137g/m², adesivo permanente à base de solvente acrílico, espessura 0,075mm, de acordo com o **ANEXO B** deste Termo de Referência.

Os veículos deverão receber a instalação de **tampão baixo elétrico** com as seguintes características: tampão marítimo baixo elétrico em chapa de aço de aproximadamente 3 cm de altura; pode ser usado com Santo Antônio; fechadura elétrica acionada de dentro da cabine; pintura externa em PU na cor original do veículo; dois amortecedores; duas dobradiças; vedação e segurança para os objetos transportados, de acordo com o **ANEXO C** deste Termo de Referência.

1.1.6. O sistema elétrico dos veículos deverá ser adequado de forma a atender aos quesitos específicos de configuração sem prejuízo das demais funções do veículo e sem prejuízo da garantia do fabricante.

1.1.7. Os veículos deverão ser licenciados e emplacados, em Brasília/DF, como **veículo oficial** em nome da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, observado o disposto na legislação pertinente, sendo os custos desses serviços de responsabilidade da CONTRATADA.

1.1.8. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o **combustível renovável** (etanol), inclusive mediante tecnologia flex, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

1.1.9. **O prazo de vigência da contratação é de 180 dias contados do(a) assinatura do contrato, prorrogável na forma do art. 57, § 1º, da Lei nº 8.666/93.**

2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. A justificativa e objetivo da contratação encontram-se, preliminarmente, pormenorizados em Tópico específico dos Estudos Preliminares, Anexo deste Termo de Referência.

2.2. A aquisição ora proposta visa substituir **35 (trinta e cinco)** veículos da frota, utilizados nas atividades de fiscalização do transporte interestadual e internacional de passageiros e cargas em todo o País e na fiscalização das rodovias concedidas, com ano de fabricação variando entre 2002/2009, tendo em vista principalmente que esses veículos vem exigindo frequente manutenção, pelo tempo de uso e a alta quilometragem rodada, com custo anual superior à 50% (cinquenta por cento) do seu valor de mercado, tornando-se antieconômicos para a Administração.

2.3. Quanto ao aspecto do planejamento, observa-se ainda que, embora não se exija a previsão orçamentária para a realização do processo licitatório implementado no Sistema de Registro de Preços -SRP, cabe destacar que a presente contratação encontra-se inserida no **Planejamento Anual de Contratações - PAC 2019**, com **PRIORIDADE nº 54** de NOVAS DEMANDA, com VALOR ESTIMADO GLOBAL de **R\$ 2.050.000,00 (dois milhões cinquenta mil reais)**, cujo limite deverá ser observado em eventual ordem de fornecimento dentro do exercício de 2019.

2.4. Ressalte-se, porém, caso o quantitativo final de **35 (trinta e cinco) veículos** não seja adquirido com a previsão inserida no PAC 2019, o saldo remanescente poderá ser adquirido com base na previsão inserida no **Planejamento Anual de Contratações - PAC 2020**, com **PRIORIDADE nº 21** de NOVAS DEMANDA, com VALOR ESTIMADO GLOBAL de **R\$ 11.542.566,55** (onze milhões, quinhentos e quarenta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

2.5. Ambos os PAC's - Anos 2019 e 2020, foram aprovados pela Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Transportes Terrestres, por meio da Deliberação nº 470, DE 7 DE MAIO DE 2019.

2.6. Assim, justifica-se a necessidade de equipar a ANTT com veículos utilitários tipo caminhonete novos com **objetivo** de dar suporte necessário às atividades finalísticas, sobretudo para que seja ampliada a quantidade de veículos disponibilizados para atividades de fiscalização, assim como a reposição dos mesmos a partir do desfazimento de outros, os quais dão o suporte necessário às atividades finalísticas da ANTT.

3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Os veículos a serem adquiridos enquadram-se na classificação de *bens comuns*, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, do Decreto nº 3.555, de 2000, e do **Decreto no 10.024, de 2019**, posto que constituem-se em produtos disponíveis no mercado. Salienta-se, ainda, que as especificações técnicas dispostas neste Termo de Referência apresentam todas as informações necessárias ao fornecimento do objeto.

3.2. A complexidade do bem pretendido, ou o fato de ele ser crítico para a consecução das atividades dos entes da Administração, não descaracteriza a padronização com que tais objetos são usualmente comercializados no mercado, conforme entendimento firmado no TCU:

"Logo, nem essa complexidade nem a relevância desses bens e serviços justificam o afastamento da obrigatoriedade de se licitar pela modalidade Pregão".(Acórdão nº 1.114/2006 – Plenário; Acórdão nº 2.471/2008-TCU-Plenário, item 9.2.4).

3.3. Considerando a frequente necessidade de aquisição de veículos especiais para da frota da ANTT, que abrange todas as Unidades Regionais, mas priorizando, proporcionalmente, cada qual com suas peculiaridades e demandas distintas, ocasionadas pela continentalidade e pela complexidade geográfica/climática do país, não obstante, ainda a recomposição e renovação anual da frota, consoante os termos da IN 3, de 15 de maio de 2008, e ainda a previsão de atendimento de demandas de fiscalização em todas as unidades federativas. Dessa forma, em conformidade com o Art. 3º, incisos I do Decreto nº 7.892/2013, verifica-se a viabilidade de realização de licitação sob o regime de registro de preços por prazo fixo e determinado para os bens solicitados neste Termo de Referência, vejamos:

"Art. 3º O Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:

I - quando, pelas características do bem ou serviço, houver necessidade de contratações frequentes;"

3.3.1. Quando registrado o preço e assinada a Ata, a empresa vencedora deverá, sempre que requisitada pela autoridade competente da Contratante fornecer os bens do mesmo modelo e especificações exigidas pela Contratante, pelos valores que foram devidamente registrados na Ata de Registro de Preços.

3.3.2. Para fins do inciso II do art. 9º do Decreto nº 7.892/2013, a estimativa de quantidades a serem adquiridas no prazo de validade da Ata de Registro de Preços é estabelecida no ITEM 1.1 deste Termo de Referência.

3.3.3. A ANTT não está obrigado a adquirir o quantitativo total contido no ITEM 1.1 , posto que as aquisições de fornecimento serão realizadas na medida da necessidade e conveniência da Administração.

3.3.4. A ANTT poderá pagar o preço ofertado aceito e registrado na Ata de Registro de Preços dentro do prazo de vigência da referida Ata, caso o mesmo continue vantajoso para a Administração no momento da demanda a ser adquirida.

3.3.5. Considerando tratar-se o objeto de veículo especial para atividades de fiscalização da ANTT, sobretudo pelas caracterizações e adaptações descritas neste instrumento, **a divulgação da Intenção de Registro de Preços (IRP) será dispensada**, nos termos do §1º do art. 4º do Decreto nº 7.892/2013, e pelas mesmas razões, **não será admitida a adesão à Ata de Registro de Preços (ARP)**.

3.3.6. O registro de preços poderá ser cancelado nas hipóteses previstas no art. 21 do Decreto nº 7.892/2013.

3.3.7. A Ata de Registro de Preços terá validade de **06 (seis) meses**, admitindo prorrogação, caso haja interesse das partes, desde que não supere 12 (doze) meses de vigência.

4. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

4.1. O prazo de entrega dos veículos é de **180 (cento e oitenta) dias corridos**, contados da data de assinatura do Contrato, no seguinte endereço: **Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES Trecho 3 Lote 10 Polo 8, CEP 70.200-003, em Brasília-DF**.

4.2. Os veículos serão **recebidos provisoriamente** no prazo de 10(dez) dias, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

4.3. Os veículos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da notificação da CONTRATADA, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

4.4. Os veículos serão **recebidos definitivamente** no prazo de 30 (trinta) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação de sua qualidade e quantidade e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

4.4.1. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

4.5. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

4.6. Os veículos serão entregues de acordo com as condições constantes no contrato, podendo ter seus prazos prorrogados, mediante solicitação por escrito e justificada fundamentada da CONTRATADA, cujo juízo de aceitação ficará a cargo da CONTRATANTE.

4.7. O prazo de entrega poderá ser dilatado sob autorização expressa e justificada da CONTRATANTE.

4.8. Caso haja demanda para aquisição de mais veículos, dentro do período de validade da Ata de Registro de Preços, esta obedecerá ao mesmo prazo e condições de entrega, podendo, com a concordância de ambas as partes, ser definido outro prazo de entrega, desde que inferior ao previsto neste Termo de Referência. Esses deverão estar consignados nos contratos para o fornecimento da respectiva demanda, não havendo alteração nas condições editalícias.

4.9. A CONTRATADA obriga-se a fornecer os veículos dentro do prazo estipulado no Contrato, de acordo com as especificações, adaptações e acessórios descritos neste Termo de Referência, sendo de sua inteira responsabilidade a reparação/substituição dos mesmos quando constatado pela CONTRATANTE não estarem em conformidade com as referidas especificações, no prazo estipulado no ITEM 6.1.4.

4.10. A Comissão de Recebimento e Fiscalização do Contrato Administrativo deverá ser composta por pelo menos três integrantes.

4.11. A Comissão de Recebimento Fiscalização anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento das cláusulas contratuais, conforme o disposto nos §§ 1º e 2º do art. 67 da Lei nº 8.666, de 1993.

4.12. As decisões e providências que ultrapassarem a competência da Comissão de Recebimento e Fiscalização deverão ser encaminhadas à Gestão do Contrato, em tempo hábil, para adoção das medidas convenientes.

4.13. O recebimento pela CONTRATANTE não modifica, restringe ou elide a plena responsabilidade da CONTRATADA de entregar os veículos de acordo com as condições contidas no Edital e na proposta da CONTRATADA, nem invalida qualquer reclamação que a CONTRATANTE venha a fazer em virtude de posterior constatação de unidade defeituosa, fora de especificação, ou de vício redibitório (defeito oculto), garantida a faculdade de troca/reparação.

4.14. Recebido os veículos, e se, a qualquer tempo, durante a sua utilização normal, dentro do prazo de garantia, vier a se constatar discrepância com as especificações, proceder-se-á a substituição/reparação dos mesmos nos prazos estabelecidos no ITEM 6.1.4.

4.15. A entrega deverá ser efetuada em dias úteis, no horário compreendido entre 9h às 12h e 14h às 17h.

4.16. Por ocasião da entrega os veículos deverão estar devidamente licenciados e emplacados, em Brasília/DF, como veículo oficial em nome da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, observado o disposto na legislação pertinente, sendo os custos desses serviços de responsabilidade da CONTRATADA.

5. **OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

5.1. São obrigações da CONTRATANTE:

5.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

5.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

5.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

5.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

5.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

5.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

5.3. A Administração realizará pesquisa de preços periodicamente, em prazo não superior a 180 (cento e oitenta) dias, a fim de verificar a vantajosidade dos preços registrados em Ata.

6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

6.1. A CONTRATADA deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

6.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: *marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade*;

6.1.1.1. os veículos deverão ser entregues devidamente emplacados e licenciados com a isenção/quitação dos tributos/encargos devidos, tais como IPVA/Taxa de Licenciamento, Seguro Obrigatório - DPVAT e eventuais débitos de penalidades.

6.1.1.2. os veículos devem estar acompanhados do manual do usuário/proprietário e certificado de garantia, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada; e

6.1.1.3. os veículos devem estar acompanhados do manual dos equipamentos sinalizadores acústico/visual (ROTOLIGHT) e de comunicação, juntamente à cartilha da rede de assistência técnica da empresa adaptadora, com versão no idioma português.

6.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

6.1.4. **Corrigir os eventuais defeitos apresentados pelos veículos**, compreendendo substituições, ajustes e correções necessárias, dentro dos prazos máximos descritos abaixo:

a) 15 (quinze) dias úteis para defeitos nos itens de sinalização acústica, visual e de comunicação ;

b) 22 (vinte e dois) dias úteis para os demais defeitos.

c) Prazos prorrogáveis por até 3 (três) vezes, por iguais períodos, mediante justificativa, onde seja demonstrada a complexidade do reparo.

6.1.5. comunicar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

6.1.6. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

6.2. entregar os veículos de acordo com as especificações deste Termo de Referência, devidamente equipados com todos os itens exigidos pelo CONTRAN;

6.3. apresentar junto com a Nota Fiscal/Fatura, declaração/termos/certificados relativos à **garantia dos veículos**, não inferior a **36 (trinta e seis) meses**, a contar da data de seu recebimento definitivo;

6.4. efetuar a entrega dos veículos de acordo com as especificações e condições estipuladas neste Termo de Referência, no seguinte endereço: **Setor de Clubes Esportivos Sul – SCES Trecho 3 Lote 10 Polo 8, CEP 70.200-003, em Brasília-DF.**

6.5. efetuar, às suas expensas, os serviços de despachante, com vistas à entrega dos veículos **devidamente emplacados (placa oficial)** em nome da Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, com o DPVAT do exercício quitado e a **isenção do IPVA**;

6.5.1. fazer constar no Certificado de Registro Licenciamento de Veículo, cadastrado no DETRAN, quando for modificada a característica original do veículo para atender às exigências da CONTRATANTE. Desse modo, veículos do tipo caminhonete ou pick-up, cuja carroceria for modificada, deverão ter sua característica atualizada no CRLV para refletir a alteração sofrida (carroceria fechada, por exemplo).

6.6. providenciar, às suas expensas, a instalação de itens opcionais descritos neste Termo de Referência e os que constarem da proposta, bem como todos os equipamentos de segurança previstos pelo Código Nacional de Trânsito, admitindo-se adaptação somente por empresa autorizada pelo fabricante e sem prejuízo da garantia do fabricante.

6.7. certificar-se que o veículo ofertado no certame está em consonância com a norma ABNT NBR 12026:2016 - Veículos rodoviários automotores leves – que trata da determinação da emissão de aldeídos e cetonas contidos no gás de escapamento, por cromatografia líquida - Método DNPH, que revisa a norma ABNT NBR 12026:2009, elaborada pelo Comitê Brasileiro Automotivo (ABNT/CB-005).

6.8. responsabilizar-se pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato, salvo os fatos previstos pela teoria da imprevisão aludidos na legislação e doutrina administrativa.

6.9. Atender solicitações da CONTRATANTE no **prazo máximo de 48 h (quarenta e oito horas)**, mediante atendimento telefônico, fax, e-mail ou no sítio, para resolução de problemas de utilização dos veículos, bem como para esclarecimentos de dúvidas sobre a sua utilização.

6.10. Oferecer garantia técnica mínima, conforme o ITEM 14 deste Termo de Referência, dos veículos, adaptações e equipamentos exigidas, a contar da emissão do recebimento definitivo pela CONTRATANTE.

6.10.1. A garantia técnica do objeto independe da vigência do contrato.

6.11. Arcar com despesas decorrentes de qualquer infração ou dano, seja qual for, desde que praticada por seus funcionários durante a execução dos serviços, ainda que no recinto da CONTRATANTE.

6.12. Comunicar à CONTRATANTE, com por escrito, qualquer anormalidade de caráter urgente e prestar os esclarecimentos julgados necessários.

6.12.1. Na hipótese do procedimento de RECALL, por qualquer anormalidade ou defeito, conhecidos posteriormente à entrega dos veículos, os custos necessários para prevenção e reparação dos defeitos encontrados serão de inteira responsabilidade da CONTRATADA.

6.13. Nomear e manter preposto durante toda a execução do contrato, com poderes para intermediar assuntos relativos ao fiel cumprimento das cláusulas contratual, sendo sua obrigação indicar telefones de contato, e-mails, endereço para correspondência e informar seu substituto em suas ausências.

6.14. Assumir a responsabilidade por todas as providências e obrigações estabelecidas na legislação específica de acidentes de trabalho, quando em ocorrência da espécie, forem vítimas os seus empregados no desempenho dos serviços ou em conexão com eles, ainda que acontecido nas dependências da CONTRATANTE.

6.15. Executar fielmente o objeto contratado, de acordo com as normas legais, zelando sempre pelo seu bom desempenho, realizando os serviços ou entregando o objeto em conformidade com a proposta apresentada e nas orientações da CONTRATANTE, observando os critérios de qualidade dos materiais a serem fornecidos, conforme prévia vistoria dos produtos a serem adquiridos, de modo a não alegar desconhecimento.

6.16. Não transferir a outrem a execução do objeto do contrato, no todo ou em parte, sem a prévia e expressa anuência da CONTRATANTE.

6.17. A empresa deverá franquear irrestritamente a vistoria dos veículos aos servidores da Comissão Técnica, em qualquer fase da sua produção, adaptação/caracterização, podendo ser manuseados, conduzidos, e testados a fim de que se verifique a sua total conformidade, sem custos adicionais à CONTRATANTE.

6.18. Entregar os veículos dentro do prazo estipulado em contrato, em perfeita sintonia com todas as exigências e especificações do Edital e deste Termo de Referência, sob pena de punição nos termos contratuais e editalícios.

6.19. **Entregar os veículos na cor e forma definidas na respectiva especificação técnica.**

6.20. Entregar os veículos devidamente abastecidos de combustível com a capacidade máxima do tanque, para prevenir a ocorrência de qualquer tipo de pane por falta de combustível, prevenindo possíveis prejuízos nas bombas de combustível dos veículos.

6.21. Responsabilizar-se exclusivamente, perante a CONTRATANTE, para cobertura das garantias referentes aos veículos e seus equipamentos acessórios, adaptações e demais caracterizações.

7. DA SUBCONTRATAÇÃO

7.1. É permitida a subcontratação parcial do objeto para serviços acessórios, tais como caracterização, adaptações, equipamentos de sinalização acústica/visual e de comunicação, nas seguintes condições:

7.1.1. É vedada a sub-rogação completa ou da parcela principal da obrigação.

7.1.2. As microempresas e/ou empresas de pequeno porte a serem subcontratadas serão indicadas e qualificadas pela licitante melhor classificada juntamente com a descrição dos bens a serem por elas fornecidos e seus respectivos valores;

7.2. São obrigações adicionais da CONTRATADA, em razão da subcontratação:

7.2.1. apresentar a documentação de regularidade fiscal das microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas, sob pena de rescisão, aplicando-se o prazo para regularização previsto no § 1º do art. 4º do Decreto nº 8.538, de 2015;

7.2.2. substituir a subcontratada, no prazo máximo de trinta dias, na hipótese de extinção da subcontratação, mantendo o percentual originalmente subcontratado até a sua execução total, notificando a CONTRATANTE, sob pena de rescisão, sem prejuízo das sanções cabíveis, ou a demonstrar a inviabilidade da substituição, hipótese em que ficará responsável pela execução da parcela originalmente subcontratada.

7.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral da CONTRATADA pela perfeita execução contratual, bem como pela padronização, pela compatibilidade, pelo gerenciamento centralizado e pela qualidade da subcontratação, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades da subcontratada, bem como responder perante a CONTRATANTE pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

7.4. Não será aplicável a subcontratação quando a licitante for qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte.

8. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

8.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da CONTRATADA com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

9. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO

9.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

9.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

9.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.3. O representante da Administração anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

10. DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até **30 (trinta) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

10.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

10.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que a Contratante atestar a execução do objeto do contrato.

10.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

10.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

10.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da Contratante.

10.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Administração deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

10.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.10. Persistindo a irregularidade, a Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

10.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da Contratante.

10.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

10.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Contratante, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

EM = I x N x VP, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

I = (TX)

I = $\frac{(6/100)}{365}$

I = 0,00016438

TX = Percentual da taxa anual = 6%

11. DO REAJUSTE

11.1. Os preços são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

11.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o índice **IPCA/IBGE** exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

11.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

11.3. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará à Contratada a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a Contratada obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

11.4. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

11.5. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

11.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

11.7. O reajuste será realizado por apostilamento.

12. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO

12.1. Os critérios para estabelecimento da garantia contratual da execução estão estabelecidos no Edital.

13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. **Comete infração administrativa** nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a CONTRATADA que:

- 13.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 13.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 13.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 13.1.4. comportar-se de modo inidôneo; ou
- 13.1.5. cometer fraude fiscal.

13.2. **Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato**, a Administração pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:

- 13.2.1. **Advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretam prejuízos significativos para a Contratante;
- 13.2.2. **Multa moratória de 0,3 % (três décimos por cento) por dia** de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **30 (trinta) dias**;
- 13.2.3. **Multa compensatória de 20% (vinte por cento)** sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
- 13.2.4. Em caso de inexecução parcial, a multa compensatória, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
- 13.2.5. **Suspensão de licitar e impedimento de contratar** com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Administração Pública opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
- 13.2.6. **Sanção de impedimento de licitar e contratar** com órgãos e entidades da União, com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos.

13.2.6.1. A Sanção de impedimento de licitar e contratar prevista neste subitem também é aplicável em quaisquer das hipóteses previstas como infração administrativa no subitem 13.1 deste Termo de Referência.

13.2.7. **Declaração de inidoneidade** para licitar ou contratar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria

autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a CONTRATADA ressarcir a CONTRATANTE pelos prejuízos causados;

13.3. As sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.5, 13.2.6 e 13.2.7 poderão ser aplicadas à CONTRATADA juntamente com as de **Multa**, descontando-a dos pagamentos a serem efetuados.

13.4. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:

13.4.1. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

13.4.2. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;

13.4.3. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Administração em virtude de atos ilícitos praticados.

13.5. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.

13.6.1. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de **60 (sessenta) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

13.7. **Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.**

13.8. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, se houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.

13.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

13.11. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Administração Pública Federal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público.

13.12. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14. **GARANTIA TÉCNICA**

14.1. A empresa deverá fornecer, junto aos veículos a serem adquiridos, documentos de certificação do fabricante de que está apta a assegurar em seu nome a garantia técnica, inclusive dos veículos com adaptações, de forma a manter o atendimento em rede autorizada em todas as unidades da federação para solução de eventuais discrepâncias observadas na utilização dos veículos, sendo que a garantia deverá ser total, sem ressalvas em relação aos acessórios instalados pela empresa, com cobertura aos seguintes quesitos:

14.1.1. Garantia Total de 36 (trinta e seis) meses para o veículo original de fábrica, com as respectivas adaptações e caracterizações exigidas pela Contratante.

14.1.2. Garantia Total de 36 (trinta e seis) meses para os dispositivos de sinalização acústica, visual e de comunicação.

14.2. O prazo a que se refere o subitem anterior será suspenso durante o período em que o veículo permanecer indisponível aguardando as providências para reparação ou em manutenção pela CONTRATADA.

15. **ASSISTÊNCIA TÉCNICA**

15.1. Considerando que a ANTT realiza atividades de fiscalização em todo território nacional, no qual necessita de uma logística ampla para manutenção dos veículos especiais e os veículos normalmente são utilizados em condições particularmente severas, a assistência técnica deverá ser disponível em todas as unidades da federação para execução da garantia e assistência técnica, admitida a subcontratação, por meio de serviços especializados de manutenção e homologados pelo fabricante, inclusive nos veículos com adaptações e caracterizações.

16. **ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

16.1. O custo global estimado da contratação é de **R\$ 4.923.950,50 (quatro milhões novecentos e vinte e três mil novecentos e cinquenta reais cinquenta centavos)**.

16.2. O valor unitário de referência para o objeto da contratação **R\$ 140.684,30 (cento e quarenta mil seiscentos e oitenta e quatro reais trinta centavos)**.

16.3. Tal valor foi obtido a partir de pesquisa efetuada de acordo com o art. 2º da Instrução Normativa SLTI nº 05, de 27 de junho de 2014, alterada pela IN nº 03, de 20 de abril de 2017.

17. **DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS NO SRP**

17.1. As despesas inerentes a esta contratação correrão à conta das dotações aprovadas em Leis Orçamentárias destinadas à ANTT, a serem classificadas quando da contratação, conforme permissivo constante do § 2º, art. 7º, do Decreto nº 7.892, de 2013, in verbis:

*“Na licitação para registro de preços **não é necessário indicar a dotação orçamentária**, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.”*

17.2. A comprovação da dotação orçamentária deverá ser demonstrada antes da assinatura do contrato ou ordem de compra, segundo determina a Orientação Normativa nº 20 da AGU, de 2009.

Nome: Márcio Xavier de Araújo	Matrícula/SIAPE: 2076777
<p>(Assinado eletronicamente)</p> <p>MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO Coordenador de Planejamento de Compras e Serviços</p>	

Aprovação do Termo de Referência pela Gerência	
Nome: Maria das Graças Aureliano	Matrícula/SIAPE: 0842177
APROVO este Termo de Referência	
<p>(Assinado eletronicamente)</p> <p>MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO Gerente de Recursos Logísticos</p>	
Aprovação do Termo de Referência pela autoridade competente	
Nome: EDUARDO JOSÉ MARRA	Matrícula/SIAPE: 1533949
Considerando as justificativas apresentadas pelo setor demandante no documento por meio do qual solicita a abertura de processo licitatório em	

questão e no Termo de Referência, e tendo em vista que este contempla os elementos técnicos capazes de propiciar a avaliação do custo pela Administração com a contratação e os elementos técnicos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para caracterizar o objeto a ser contratado e orientar a execução e fiscalização contratual, assim como os demais elementos obrigatórios pertinentes exigidos no art. 9º, §2º, do Decreto nº 5.450/2005, APROVO o referido documento.

(Assinado eletronicamente)

EDUARDO JOSÉ MARRA
Superintendente de Gestão

ANEXO "A"

SINALIZADOR ROTOLIGHT

Sistema de sinalização externa com lente inteiriça, formato em arco, instalado no teto do veículo dotado de base construída em ABS ou policarbonato (reforçado com perfil de alumínio estruturado), ou alumínio; cúpula(s) injetada(s) em policarbonato na cor cristal (transparente), resistente a impactos e descoloração, com tratamento UV e sistema luminoso composto por conjunto de, no mínimo, 56 LEDS, na cor rubi (vermelho) próprios para iluminação (categoria alto brilho), com 1 watt de potência, montados em blocos e distribuídos equitativamente por toda a extensão da barra, de forma a permitir visualização em um ângulo de 360º, sem que haja pontos cegos de luminosidade.

Cada LED deverá ter intensidade luminosa não inferior a 5.000 mod; diâmetro não inferior a 3 mm, ângulo de emissão de luz não inferior a 70º; corrente nominal não inferior a 70 mA @ 25º. O conjunto sinalizador visual deverá ser controlado por controle central único, dotado de micro processador ou micro controlador, que permita a geração de lampejos luminosos de altíssima frequência com ciclos não inferiores a 450 FPM; o circuito eletrônico deverá gerenciar a corrente elétrica aplicada nos LEDS através de PWM (Pulse Width Modulator); o PWM deverá garantir também a intensidade luminosa dos LEDS, mesmo que o veículo esteja desligado ou em baixa rotação, garantindo assim a eficiência luminosa e a vida útil dos LEDS; o consumo máximo da barra nas funções LEDS, excluídas as luzes de beco, não deverá ultrapassar 5 A.

O sistema de controle do sinalizador deverá ser único, permitindo o funcionamento independente de ambos os sistemas, dotado de luz de beco integrado ao próprio sinalizador, sendo 01 conjunto de 04 LED's para cada lateral da barra. Garantia mínima de 05 (cinco) anos para os LEDS. Sinalizador acústico de, no mínimo, 100 W RMS de potência, @ 13,8 Vco com, no mínimo, 4 (quatro) tons distintos; sistema de megafone com ajuste de ganho e potência mínima de 30 w RMS e entrada auxiliar de áudio que possibilite o

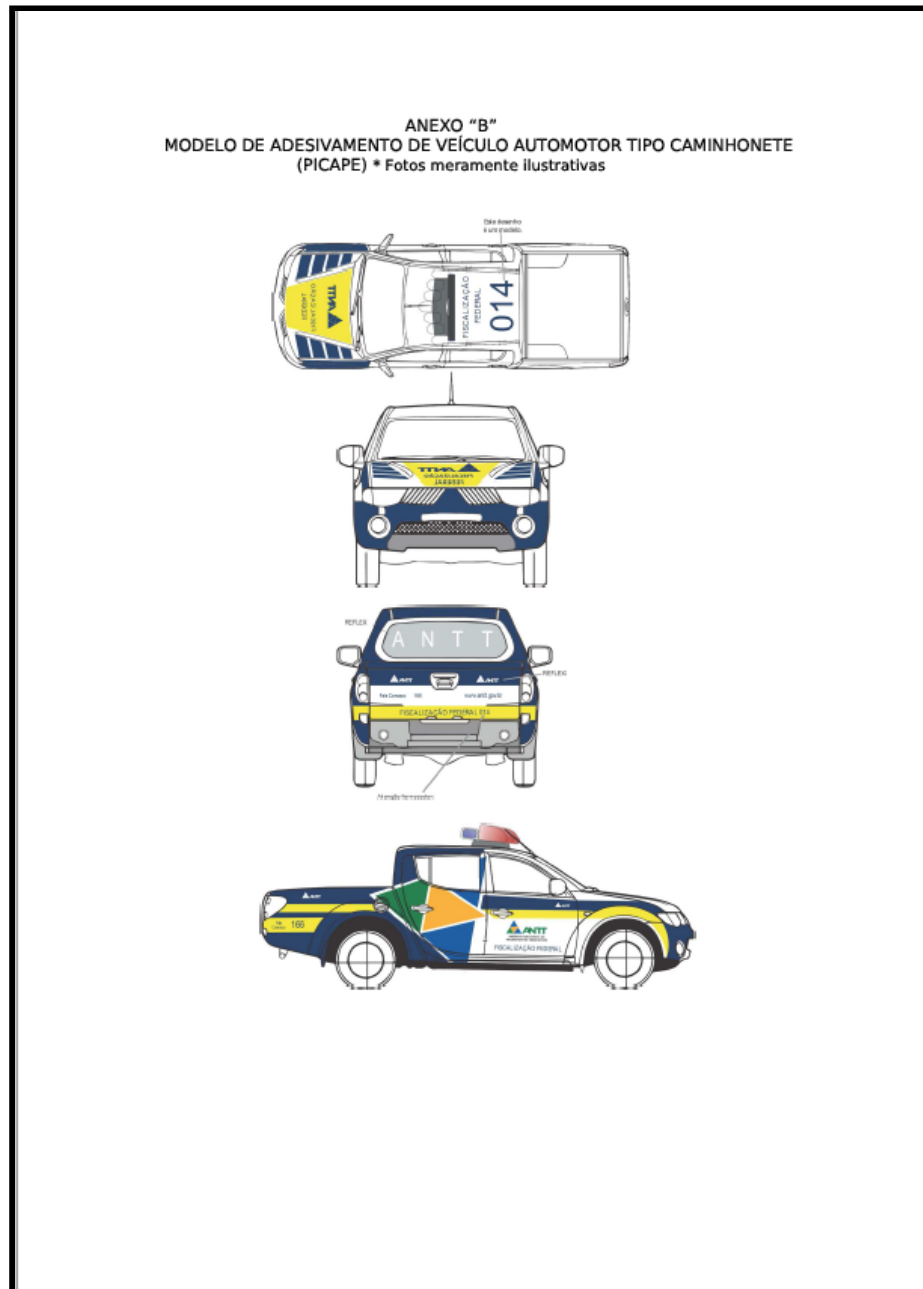
acoplamento de rádio transceptor, frequência de 300 a 3000 Hz e pressão sonora a 1 (um) metro de, no mínimo, 100 dB @ 13,8 Vcc.

Os equipamentos não poderão gerar ruídos eletromagnéticos ou qualquer outra forma de sinal, que interfira na recepção dos transceptores (rádios), dentro de faixa de frequência utilizada pelas polícias. Instalação de fios (espera) para instalação de rádio transceptor VHF/FM no painel de comandos.

*Características mínimas, podendo ser ofertados produtos similares, ou equivalentes, ou de melhor qualidade.

ANEXO "B"

MODELO DE ADESIVAMENTO DE VEÍCULO AUTOMOTOR TIPO CAMINHONETE (PICAPE)



ANEXO "C"

MODELO DE TAMPÃO ELÉTRICO

ANEXO "C"
MODELO DE TAMPÃO ELÉTRICO
***Foto meramente ilustrativa**



ANEXO I
ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO



ESTUDO PRELIMINAR DA CONTRATAÇÃO

INTRODUÇÃO

0.1. A presente análise tem por objetivo demonstrar a viabilidade técnica e econômica da aquisição de 35 (trinta e cinco) veículos utilitários tipo caminhonete, para uso nas ações de fiscalização, de modo a atender necessidade de substituição de parte da frota de veículos especiais da Agência Nacional de Transportes Terrestres-ANTT e fornecer informações necessárias para subsidiar o respectivo processo de contratação.

1. NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (ART. 24, §1º, I, DA IN 05/2017)

1.1. A Agência Nacional de Transportes Terrestres - ANTT, é uma autarquia criada pela Lei nº 10.233, de 3 de junho de 2001, com personalidade jurídica de direito público, submetida ao regime autárquico especial, vinculada ao Ministério da Infraestrutura, que tem sede e foro no Distrito Federal, e está presente em todo o território nacional por meio das Unidades Regionais e Postos de Fiscalização e Atendimento.

1.2. Tem por finalidade regular, supervisionar e fiscalizar as atividades de prestação de serviços e de exploração da infraestrutura de transportes, exercidas por terceiros, visando garantir a movimentação de pessoas e bens, harmonizar os interesses dos usuários com os das empresas concessionárias, permissionárias, autorizadas e arrendatárias, e de entidades delegadas, preservado o interesse público, arbitrar conflitos de interesses e impedir situações que configurem competição imperfeita ou infração contra a ordem econômica.

1.3. Este conjunto de atribuições em todo o território nacional exige uma capacidade logística considerável, assim como veículos mais resistentes e de maior porte do tipo caminhonete, especialmente para garantir o cumprimento das ações de fiscalização referentes às áreas de competência da ANTT, a saber, serviços de transporte rodoviário interestadual e internacional de passageiros em todo o território nacional, serviços de transporte rodoviário nacional e internacional de cargas em todo o território nacional, serviços de transporte rodoviário de produtos perigosos, serviços de transporte ferroviário de passageiros e atividades de fiscalização de trânsito, no âmbito da esfera de atuação da ANTT, previstas no art. 44, inciso IX, da Resolução ANTT nº 3.810/18, e todas essas ações fiscalizatórias muitas vezes são realizadas sob condições climáticas adversas e em rodovias federais que apresentam algum tipo de problema na malha pavimentada.

1.4. Ressalte-se, portanto, que a Superintendência de Fiscalização - SUFIS possui atribuições diversificadas e que demandam a presença de fiscais em diversas localidades do país, e para que os fiscais realizem de modo mais eficiente essas atividades finalísticas é fundamental que se desloquem pelas rodovias nacionais com veículos próprios e adequados às mais diversas condições.

1.5. Diante disso, necessita-se da manutenção de uma frota própria de veículos especiais, destinados exclusivamente às atividades de fiscalização, em quantidade e condições adequadas na Sede, nas Unidades Regionais, e em seus Postos de Fiscalização e Atendimento (PFA), sobretudo quando os serviços de locação se mostram inviáveis economicamente por conta da natureza da demanda ou da localização geográfica dos PFAs.

1.6. Assim, justifica-se a necessidade de equipar a SUFIS com veículos utilitários tipo caminhonete novos para utilização nas atividades fiscalizatórias, tal como descrito no DESPACHO SUFIS (1727718), sobretudo para que seja ampliada a quantidade de veículos disponibilizados para atividades de fiscalização, assim como a reposição dos mesmos a partir do desfazimento de outros, os quais dão o suporte necessário às atividades finalísticas da ANTT.

2. REFERÊNCIA A OUTROS INSTRUMENTOS DE PLANEJAMENTO DA ANTT (ART. 24, §1º, II, DA IN 05/2017)

2.1. O objeto da contratação está incluído no Plano Anual de Aquisição de Veículos de 2017, aprovado pela Diretoria Colegiada conforme Deliberação nº 328, de 6 de outubro de 2017, visando a substituição de 56 (cinquenta e seis) veículos especiais destinados, exclusivamente, aos serviços de fiscalização, para alocação na Sede e nas Unidades Regionais.

2.2. Desse quantitativo, já foram adquiridas 21 (vinte e uma) unidades por meio do Contrato nº 47/2017, decorrente do Pregão Eletrônico SRP 38/2017.

2.3. A contratação ora proposta visa complementar a demanda aprovada no PPAV 2017, com a aquisição de 35 (trinta e cinco) veículos não adquiridos anteriormente devido à indisponibilidade orçamentária na vigência da Ata de Registro de Preços nº 14/2017.

2.4. Nesta oportunidade, embora não se exija a previsão orçamentária para a realização do processo licitatório implementado no Sistema de Registro de Preços -SRP, cabe destacar que a presente contratação encontra-se inserida no Planejamento Anual de Contratações - PAC 2019, com PRIORIDADE nº 54 de NOVAS DEMANDA, com VALOR ESTIMADO GLOBAL de R\$ 2.050.000,00 (dois milhões cinquenta mil reais), cujo limite deverá ser observado em eventual pedido de fornecimento dentro do exercício de 2019.

2.5. Ressalte-se, porém, caso o quantitativo final de 35 (trinta e cinco) veículos não seja adquirido com a previsão inserida no PAC 2019, o saldo remanescente poderá ser adquirido com base na previsão inserida no Planejamento Anual de Contratações - PAC 2020, com PRIORIDADE nº 21 de NOVAS DEMANDA, com VALOR ESTIMADO GLOBAL de R\$ 11.542.566,55 (onze milhões, quinhentos e quarenta e dois mil quinhentos e sessenta e seis reais e cinquenta e cinco centavos).

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO (ART. 24, §1º, III, DA IN 05/2017)

3.1. Os veículos devem atender aos seguintes requisitos mínimos, sendo aceitas especificações que, comprovadamente, sejam superiores:

Veículo automotor, tipo caminhonete (PICAPE), cor branca, cabine dupla, zero quilômetro, ano de fabricação e modelo no mínimo correspondente à data da nota fiscal e da linha, carroceria aberta, capacidade para 3 (cinco) ocupantes, motor flex (gasolina/álcool), potência mínima 160 CV, transmissão automática de no mínimo 6 (seis) velocidades à frente e 1 (uma) à ré, quatro portas laterais, direção hidráulica ou elétrica, freio a disco nas rodas dianteiras e freio a disco ou tambor nas rodas traseiras, rodas de aço ou liga leve aro 16 no mínimo, com banda de rodagem mínima de 245/60, pneu estepe com as mesmas características, ar condicionado de fábrica integrado frio e quente, controle de estabilidade e controle de tração 4x2. Dimensões mínimas: comprimento 330 cm, largura 183 cm, altura 173 cm, e entre eixos 303 cm. Dotado dos seguintes acessórios e equipamentos básicos: sistema de central multimídia, com câmera e sensor de ré, trava elétrica nas quatro portas, alarme antirroubo, acionamento elétrico dos vidros, película de controle solar para vidros, limpador com temporizador e lavador elétrico do para-brisa, espelhos retrovisores com comandos internos, cintos de segurança para todos os ocupantes sendo os laterais retráteis de três pontos e os centrais subabdominais ou de três pontos, bancos dianteiros individuais com regulagem de distância, inclinação do encosto e inclinação do banco, com apoio para cabeça ajustável em altura, e bancos traseiros com apoios para cabeça ajustáveis em altura integrados ou acoplados ao banco, na cor do acabamento interno do veículo, tapetes de borracha ou polívil carbono (PVC), nos locais destinados aos ocupantes apoiarem os pés, grade protetora do motor/câmbio, devidamente fixada na parte inferior externa do motor; veículo dotado de todos os itens de segurança exigidos pelo CONTRAN.

3.2. Os veículos devem ser caracterizados com a instalação de sistema de sinalização visual/acústica externa (tipo ROTOLIGHT), com equipamento de rádio comunicação.

- 3.3. Os veículos deverão receber adesivamento (confeção e aplicação de recorte eletrônico em vinil) de acordo com o manual de identidade visual de Contratante, com as seguintes especificações: o adesivo vinílico deverá ser super calendrado para plotagem; projetado para aplicações internas e externas de alta performance (Linha 651 da marca Oracal ou produto similar ou de qualidade superior); informações técnicas: liner de papel siliconado 137g/m², adesivo permanente à base de solvente acrílico, espessura 0,075mm.
- 3.4. Os veículos deverão receber a instalação de **tampão baixo elétrico** com as seguintes características: tampão marítimo baixo elétrico em chapa de aço de aproximadamente 3 cm de altura; pode ser usado com Santo Antônio; fechadura elétrica acionada de dentro da cabine; pintura externa em PU na cor original do veículo; dois amortecedores; duas dobradiças; vedação e segurança para os objetos transportados.
- 3.5. O sistema elétrico dos veículos deverá ser adequado de forma a atender aos requisitos específicos de configuração sem prejuízo das demais funções do veículo e sem prejuízo da garantia do fabricante.
- 3.6. Os veículos deverão ser licenciados e emplacados, em Brasília/DF, como **veículo oficial**.
- 3.7. Só será admitida a oferta de veículo automotor que utilize o combustível renovável etanol, inclusive mediante tecnologia flex, nos termos da Lei nº 9.660, de 1998.

4. LEVANTAMENTO DAS SOLUÇÕES DE MERCADO

- 4.1. Identificou-se no mercado os seguintes fabricantes e modelos de veículos que atendem os requisitos mínimos de contratação:
- a) Chevrolet S10 LT 2.5 Flex 4x2 AT;
- b) Toyota Hilux SR 2.7 Flex 4x2 AT.
- 4.2. Identificou-se no mercado os seguintes fabricantes e modelos de veículos que não atendem os requisitos mínimos de contratação:
- I - Volkswagen Amarok SE AT 2.0 TDI Biturbo Diesel - não atende por ser motor a diesel;
- II - Ford Ranger XLS 2.2 Diesel 4x2 AT - não atende por ser motor a diesel;
- III - Nissan Frontier S AT 4x2 Diesel - não atende por ser motor a diesel;
- IV - Mitsubishi L200 Triton Sport GLX Diesel AT - não atende por ser motor a diesel;
- V - Renault Duster Oroch Flex - não atende por ter dimensões e potência inferiores;
- VI - Fiat Toro Flex - não atende por ter dimensões inferiores e potência inferiores.
- 4.3. Dentre os modelos analisados verificou-se as variações existentes em relação a potência do motor (cv), ao combustível (flex) utilizado e a existência das dimensões mínimas necessárias às atividades de fiscalização.
- 4.4. Assim, de utilização pretendida para os veículos, conforme informações do DESPACHO SUPIS (1727718), da análise do mercado; das contratações anteriores efetivadas pela ANTT; do custo total de propriedade que gera maior economicidade para a administração; e da necessidade urgente de recompor a frota de veículos de fiscalização da ANTT, propõe-se a aquisição de **veículos utilitários tipo caminhonete, cabine dupla, com carroceria aberta, movidos a combustível renovável (flex)**, conforme detalhado no subitem 4.1, acima.

5. ESTIMATIVA DE QUANTIDADES (ART. 24, §1º, IV, DA IN 05/2017)

- 5.1. A contratação ora proposta visa complementar a demanda aprovada no PAAV 2017, com a aquisição de 35 (trinta e cinco) veículos não adquiridos anteriormente devido à indisponibilidade orçamentária na vigência da Ata de Registro de Preços nº 14/2017.
- 5.2. Consoante as metas de fiscalização da SUPIS e as condições operacionais de cada Unidade Regional, a área demandante propõe a substituição de parte da frota de acordo com as seguintes quantidades estimadas:

DEMANDA SUPIS	
Veículos utilitários tipo caminhonete	
Local	Quantidade
COFIS/BA	2
COFIS/RO	4
COFIS/MA	3
COFIS/SC	3
COFIS/CE	3
COFIS/MG	4
COFIS/PE	3
COFIS/RN	4
COFIS/SP	5
COFIS/RS	3
GERFIS/SUPIS	1
Estimativa da quantidade de veículos a serem substituídos	35

6. JUSTIFICATIVA DA ESCOLHA DO TIPO DE SOLUÇÃO A CONTRATAR (ART. 24, §1º, V, DA IN 05/2017)

- 6.1. Solução escolhida:
- 6.1.1. Registro de preços visando a aquisição de veículos utilitários tipo caminhonete (picape), flex, novos, zero quilômetro, dotados de todos os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, no Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com os requisitos mínimos definidos no subitem 4.1 e nas quantidades estimadas informadas no subitem 6.2, objetivando substituir parte da frota de veículos especiais da ANTT utilizados nas ações de fiscalização.
- 6.2. Justificativa técnica da alternativa escolhida:
- 6.2.1. Identifica-se três soluções disponíveis no mercado para atendimento necessidade veículos especiais da ANTT, no entanto, apenas a "Solução 1" atende a necessidade desta Agência observando as disposições normativas vigentes, conforme quadro abaixo:

Solução 1	Solução 2	Solução 3
Aquisição de veículo oficial	Contratação do serviço de	Locação de veículos utilitários

(veículos utilitários tipo caminhonete)	transporte por demanda (TáxiGov)	
Esta solução atende a necessidade desta Agência, e sua adoção se justifica pela impossibilidade dos demais modelos, assim como pela economicidade, garantindo a efetividade das atividades de fiscalização, a custos mais reduzidos, contribuindo para a eficiência dos gastos da ANTT.	A diretoria expressa no inciso I, do art. 2º da Lei nº 10, de 23 de novembro de 2018, estabelece que esta Instrução Normativa não se aplicam "ao transporte realizado por veículos de representação e de serviços especiais, nos termos do Decreto nº 9.287, de 25 de fevereiro de 2018".	As competências finalísticas em todo o território nacional exige uma capacidade logística considerável. Não obstante a extensa área de abrangência do contrato de locação, os veículos locados para utilização nas ações de fiscalização devem estar caracterizados e adaptados para uso exclusivo da ANTT, e desse modo, com essas especificidades, o custo das locações elevaria o custo final das operações de fiscalização.

7. ESTIMATIVA DE PREÇOS OU PREÇOS REFERENCIAIS (ART. 24, §1º, VI, DA IN 05/2017)

7.1. Os preços estimados de referência foram obtidos conforme disciplina e IN SLT/MPOG nº 03, de 2014, utilizando-se os parâmetros previstos no art. 25, observado o critério no § 1º, ambos da mencionada norma, priorizando os seguintes critérios abaixo:

- I - Painel de Preços disponível no endereço eletrônico <http://portal.transito.gov.br/portal/seguranca/seguranca.aspx>;
- II - contratações similares de outros entes públicos, em execução ou concluídas nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores à data de pesquisa de preços;
- III - pesquisa publicada em mídia especializada, sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, desde que contenha a data e hora de acesso; ou
- IV - pesquisa com os fornecedores, desde que as datas das pesquisas não se diferenciem em mais de 180 (cento e oitenta) dias.

7.2. Esclarecemos que na pesquisa no "Painel de Preços" não foram encontrados preços para veículos similares movidos a combustível etanol ou gasolina (flex), apenas com combustível diesel;

7.3. Da mesma forma, não encontramos "contratações similares de outros entes públicos" não foram localizados preços públicos para veículos similares movidos a combustível etanol ou gasolina (flex), apenas com combustível diesel;

7.4. Nesse sentido, utilizamos a pesquisa publicada em sítios eletrônicos especializados (sites dos fabricantes);

7.5. Por fim, considerando as especificidades do objeto pretendido, a realidade do mercado e os resultados esperados, empreendeu-se pesquisa junto a fornecedores do ramo (concessionárias) objetivando levantar informações complementares que devam ser consideradas no Termo de Referência.

7.6. Para definição do custo unitário de referência considerou-se a média dos preços unitários apurados com base nas fontes de consulta pesquisadas.

SUBITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	Propostas de fornecedores				Sites Especializados		Propostas de fornecedores				Valor Unitário	Subtotal
			A	B	C	D	E	F	G	H	I	J	Médio	por Subitem
1	Veículo utilitário tipo caminhonete (picape cabine dupla, com carroceria aberta), flex (gasolina/álcool), 4x2, AT	35	116.400,00	139.734,00	123.000,00	125.990,00	126.790,00	125.999,00					126.318,83	4.421.159,17
2	Adesivamento	35							2.300,00	2.700,00	4.000,00		3.000,00	105.000,00
3	Sinalização ROTOLIGHT	35										6.411,00	6.411,00	224.385,00
4	Tampono de ação	35										4.290,00	4.290,00	150.150,00
VALOR UNITÁRIO (VEÍCULO ADAPTADO)													140.019,83	
CUSTO GLOBAL ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO													4.900.694,17	

8. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO (ART. 24, §1º, VII, DA IN 05/2017)

8.1. OBJETO

Aquisição de veículos utilitários tipo caminhonete (picape), flex, novos, zero quilômetro, dotados de todos os equipamentos exigidos pelo Código Nacional de Trânsito, mediante licitação na modalidade pregão, na forma eletrônica, no Sistema de Registro de Preços (SRP), de acordo com os requisitos mínimos definidos no subitem 4.1 e nas quantidades estimadas informadas no subitem 6.2, objetivando substituir parte da frota de veículos especiais da ANTT utilizados nas ações de fiscalização.

8.1.1. Os veículos devem atender aos requisitos mínimos pontuados no subitem 4.1, acima.

8.1.2. Tal requisito estabelece que os bens a serem ofertados não devem ter especificações inferiores às listadas, podendo ser iguais ou superiores.

8.1.3. O detalhamento não restringe a competitividade, haja vista que as especificações limitam-se à necessidade da Agência e que os parâmetros e as medidas são comuns a mais de um fornecedor.

8.1.4. Os requisitos mínimos descritos neste instrumento foram detalhados de forma a garantir que os objetos tenham qualidade e cumpram a finalidade para a qual serão adquiridos.

8.1.5. Prazo de entrega de 180 (cento e oitenta) dias corridos.

8.1.6. Prazo de vigência do contrato de 12 (doze) meses.

9. JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO OU NÃO DA SOLUÇÃO (ART. 24, §1º, V, DA IN 05/2017)

9.1. A contratação é composta por um único item que para não haver prejuízo para o conjunto da solução ou perda de economia de escala não deve ser dividido ou parcelado, visto que tal procedimento não amplia tampouco restringe a participação de licitantes.

9.2. No presente certame não será aplicado o disposto no art. 8º, § 4º, do Decreto nº 8.538, de 2015, visto que o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não é vantajoso para a Administração e poderá representar prejuízo ao conjunto ou ao complexo do objeto a

https://sei.antt.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2407463&infra_siste... 3/5

ser contratado, conforme permissiva contida naquele mesmo decreto, ante a justificativa apresentada a seguir:

9.3. A decisão pela inviabilidade de aquisição preferencial da cota reservada mediante o fracionamento do item até o limite de 25% do objeto licitado para atender o dispositivo citado, ocasionaria uma cisão no fornecimento dos veículos, e possível diversidade de marcas/modelos, bem como prejuízos à economicidade pela não aquisição em escala.

9.4. É dever da Administração observar o princípio da padronização e buscar a uniformização dos produtos e serviços, e, consequentemente, como resultado, obter a redução de gastos e tornar mais próspera a relação custo x benefício.

9.5. A regra a ser observada pela Administração nas licitações é a do parcelamento do objeto, conforme disposto no § 1º do art. 23 da Lei nº 8.666, de 1993, mas é imprescindível que a divisão do objeto seja vantajosa para a administração (art. 10, inciso II, do Decreto 8.538, de 2015) além de técnica e economicamente viável e não represente perda de economia de escala (Súmula 247 do TCU).

10. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS (ART. 24, §1º, IX, DA IN 05/2017)

10.1. A presente contratação resultará na melhoria das condições dos serviços prestados pelas Unidades Regionais da ANTT, que terão a sua disposição veículos novos e modernos, o que ampliará a capacidade de resposta e os resultados dessas unidades.

10.2. Quanto à eficiência, a solução possibilitará disponibilizar veículos em condições confiáveis de utilização, apropriados às necessidades da Agência, com menor risco de quebra, aliado à diminuição da quantidade de dias parados para reparos;

10.3. Quanto à eficiência, a solução proporcionará melhor gestão administrativa e aprimoramento do zelo e manutenção do patrimônio público sob a guarda e responsabilidade da ANTT, na medida em que possibilitará que os seus servidores concentrem esforços exclusivamente no exercício de suas atribuições legais, essenciais para a condução da atividade fim do Órgão;

10.4. Quanto à efetividade, a solução visa viabilizar a continuidade do exercício das atividades finalísticas da Autarquia sem maiores transtornos ou interrupções e com maior nível de segurança aos servidores envolvidos;

10.5. Quanto à economicidade, a solução visa a qualidade dos bens adquiridos, a custos de mercado, mais vantajosos para a administração, bem como a redução dos excessivos gastos com manutenção de veículos antieconômicos.

11. PROVIDÊNCIAS PARA A ADEQUAÇÃO DO AMBIENTE DO ÓRGÃO (ART. 24, §1º, X, DA IN 05/2017)

11.1. Formalizar a designação dos servidores encarregados do recebimento dos veículos.

11.2. Planejar e instruir a contratação de seguro de veículos, considerando o prazo de entrega previsto neste instrumento.

11.3. Estudar o impacto de reserva temporária de vagas de garagem para os veículos utilitários entregues no edifício sede da ANTT.

12. CONTRATAÇÕES CORRELATAS E/OU INTERDEPENDENTES (ART. 24, §1º, XI, DA IN 05/2017)

12.1. Devido a especificidade da contratação, não existem contratações correlatas.

13. DECLARAÇÃO DA VIABILIDADE OU NÃO DA CONTRATAÇÃO

13.1. Como decorrência dos estudos realizados para elaboração deste documento, tendo-se em consideração, sobretudo, que:

- a) a contratação em referência se destina a recompor a frota de veículos de fiscalização da ANTT;
- b) os resultados pretendidos poderão alcançados por meio de veículos utilitários tipo caminhonete, especificado no item 4.1, utilizados exclusivamente em ações de fiscalização;
- c) existem no mercado veículos que atendem às especificações e características necessárias às atividades finalísticas propostas.

13.2. declaramos ser viável nova contratação para atendimento da necessidade apresentada.

14. EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO

EQUIPE DE PLANEJAMENTO DA CONTRATAÇÃO	
Nome: MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO	Matrícula/SIAPE: 2076777
Cargo: Coordenador CPLAS	Lotação: CPLAS/GELOG
E-mail: marcio.araujo@antt.gov.br	Telefone: (61)3410-1028
Por este instrumento declaro ter ciência da minha indicação para exercer o papel de membro da equipe que irá efetuar o Planejamento da Contratação de que trata este documento.	
MÁRCIO XAVIER DE ARAÚJO Coordenador CPLAS	
Nome: DANIEL DO NASCIMENTO ALVES	Matrícula/SIAPE: 1516786

Cargo: Cargo Comissionado de Assessoria III	Lotação: CTRAN/GELOG
E-mail: daniel.alves@antt.gov.br	Telefone: (61)3410-1081
Por este instrumento declaro ter ciência de minha indicação para exercer o papel de membro da equipe que irá efetuar o Planejamento da Contratação de que trata este documento. DANIEL DO NASCIMENTO ALVES Cargo Comissionado de Assessoria III	
Nome: NILTON DE MELO VIEIRA	Matrícula/SLAPE: 2073800
Cargo: Analista Administrativo	Lotação: CPLAS/GELOG
E-mail: nilton.vieira@antt.gov.br	Telefone: (61)3410-1011
Por este instrumento declaro ter ciência de minha indicação para exercer o papel de membro da equipe que irá efetuar o Planejamento da Contratação de que trata este documento. NILTON DE MELO VIEIRA Analista Administrativo	

https://sei.antt.gov.br/sei/controlador.php?acao=documento_imprimir_web&acao_origem=arvore_visualizar&id_documento=2407483&infra_siste... 4/5

ANEXO II

PLANILHA DE PREÇOS

ITEM	TIPO DE VEÍCULO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
1	Veículo utilitário tipo caminhonete (picape cabine dupla, com carroceria aberta), flex (gasolina/álcool), 4x2, AT	Unidade	35		



Documento assinado eletronicamente por **MARCIO XAVIER DE ARAUJO, Coordenador(a)**, em 27/11/2019, às 15:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **MARIA DAS GRAÇAS AURELIANO, Gerente**, em 27/11/2019, às 16:54, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.antt.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **2067517** e o código CRC **03E2B844**.